



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESTUDO DE CASO A PARTIR DAS
PRÁTICAS DOCENTES DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**
*INCLUSIVE EDUCATION: CASE STUDY BASED ON TEACHING
PRACTICES IN AN EARLY CHILDHOOD EDUCATION SCHOOL*

Mirian Paloma Ferreira Gomes
Orientanda
Sale Mário Gaudêncio
Orientador

RESUMO

A educação vem se resignificando a cada dia, pois, atualmente ela precisa se reorganizar para altas demandas. As pessoas com deficiência PCDs têm o direito de estarem na escola e de ter uma educação de qualidade e digna. No entanto, o Brasil ainda é muito escasso se tratando de educação, ao se pensar em estrutura física, lotação de muitas crianças/adolescentes, recursos referentes à educação pública, mas, em âmbito geral a falta de profissionais capacitados para atender diferentes indivíduos em sala de aula, é crescente preocupação do meio escolar. Nesse sentido, a pesquisa aconteceu em uma escola particular de Fortaleza – CE, entrevistando 11 professoras da creche sobre suas práticas pedagógicas, de fato, a pesquisa obteve um resultado satisfatório diante das perguntas. A pesquisa demonstrou que a escola está no caminho certo, e como os profissionais de educação precisam buscar especializações adequadas para a sua docência.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Pessoas com deficiência (PCD); Inclusão; Prática docente.

ABSTRACT

Education is being redefined every day, as it currently needs to be reorganized to meet high demands. People with disabilities (PCDs) have the right to attend school and receive a quality and dignified education. However, Brazil still has a very limited education system, considering the physical structure, the number of children/adolescents, and the resources for public education. However, in general, the lack of qualified professionals to serve different individuals in the classroom is a growing concern in schools. In this sense, the research was conducted at a private school in Fortaleza, CE, interviewing 11 daycare teachers about their teaching practices. In fact, the research obtained satisfactory results regarding the questions. The research demonstrated that the school is on the right track, and that education professionals need to seek appropriate specializations for their teaching.

Keywords: Inclusive education; People with disabilities (PWD); Inclusion; Teaching practice.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema escolar ao longo dos tempos vem se aprimorando em torno dos debates, reflexões e práticas que tangenciam o conceito de inclusão. Tem sido uma pauta veemente necessária nas escolas, em especial, por elas precisarem planejar estratégias de respeito à aplicação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015, *online*) a fim de receber Pessoas com Deficiências (PCD).

Neste cenário, apesar dos avanços recentes, vê-se que a sua estrutura física, didática, tecnológica e de recursos humanos ainda estão aquém do desejado.

Segundo o INEP (2023, *online*): “26,9% das escolas de educação básica ainda não têm nenhum recurso de apoio a pessoas com deficiência, como elevadores, rampas, banheiros específicos, dentre outros. Mesmo entre as escolas que possuem alunos com deficiência matriculados, 19,4% também não têm nenhum desses recursos”.

Por mais que seja oportunizado o direito à educação, o processo de inclusão escolar está aquém e vai além. Não é somente entrar em uma escola. É necessário que a criança participe ativa e equitativamente dos momentos escolares, tendo as suas atividades respeitadas conforme as prerrogativas estabelecidas pela ciência e efetivadas na forma da lei. Sua aprendizagem deve ser concebida e executada de forma transversal e multidisciplinar. É nesse pensamento que uma educação inclusiva é construída.

É nesse sentido e considerando esse contexto, que o presente trabalho teve o seguinte problema investigativo: Por que é necessário refletir as práticas docentes no processo de inclusão escolar da educação infantil? Para responder a esta pergunta-chave, a pesquisa teve como objetivo geral, compreender e identificar as práticas docentes no processo de inclusão escolar da educação infantil.

E para fomentar a observação foram apresentados os seguintes objetivos específicos: 1) identificar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de educação infantil; 2) identificar estratégias favorecidas de inclusão para os profissionais de educação infantil; 3) refletir sobre a relevância dos profissionais de educação infantil no processo de inclusão.

A investigação em pauta, apropriou-se de uma abordagem qualitativa, com estudo bibliográfico e de campo, utilizando-se de observações e aplicação de questionários usando a plataforma do *Google forms*, apropriando-se das discussões de alguns autores, Ministério da Educação - MEC (2023), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996), Mendonça (2012), Fonseca (2012), Gonsalves (2001), entre outros.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 Contextualização

É a primeira fase da educação atendendo crianças de zero a 6 anos de idade, entretanto, ela só é obrigatória, no Brasil, para crianças de quatro e cinco anos, o que torna os grupos 1, 2 e 3 facultativos. Seu principal objetivo é promover nos pequenos estudantes o desenvolvimento dos aspectos físico, motor, cognitivo, social e emocional, além de fomentar a exploração, as descobertas e a experimentação. Ela é responsável por trabalhar inúmeras habilidades no pequeno estudante como interação social, coordenação motora, comunicação, entre outras.

É por essa razão que vários estudos na neurociência comprovam a veracidade da importância da educação infantil. Em pesquisas foi afirmado que: “o cérebro humano alcança 80% do tamanho adulto durante os três primeiros anos de vida e que, nessa etapa, se formam 40% das habilidades mentais das pessoas adultas” (Araújo; López-Boo, 2010). É impressionante como os primeiros anos de vida tem uma força predominante em todo o nosso ser ao restante da vida, é nesse princípio que as áreas de desenvolvimento altamente importantes, como controle emocional, habilidades sociais, linguagem e aritmética, alcançam seu auge nos primeiros três anos de vida infantil.

Ao estudarmos sobre a educação inclusiva no contexto infantil, compreendemos quão preciosas são as ações, leis e projetos que temos atualmente, pois no passado não foi assim. Ao discorrer atentamente podemos perceber que não existia sensibilidade, sentimento e visão de fragilidade em relação à pré-escola, mas, a partir da Idade Moderna é que essa visão foi sendo modificada, no entanto, somente para crianças da classe alta.

Mas com o projeto “Escola Nova e o movimento de renovação do ensino” (Hamze, 2024, *online*), uma maior parte da população passa a ter direito de acessar os espaços de instrução.

A educação infantil no Brasil foi iniciada no século XX sem uma organização pautada na criança, no entanto, muitas modificações foram feitas ao longo das décadas. Segundo Mendonça, podemos ter uma síntese de como era antigamente: a pré-escola não tinha caráter formal, não havia professores qualificados e a mão-de-obra era diversas vezes formada por voluntários, que rapidamente desistiam desse trabalho (Mendonça, 2012).

Após a Segunda Guerra Mundial as mulheres passaram a trabalhar e as crianças precisavam ficar com as mães no seu ambiente de Trabalho. Dessa forma, a educação pré-escolar passou a ser necessária e posteriormente reconhecida. Nessa mesma conjuntura,

surgiram investigações de pensadores sobre a infância demonstrando a importância dos estudos e de modelar os primeiros anos de vida e da educação infantil a partir da infância, especialmente porque se tem na fase inicial da criança, a necessidade de investir na sua capacidade cognitiva e suas habilidades, aspectos basilares que se estende ao longo de sua vida.

2.2 Garantias

É com a LDB, publicada por meio do número 9.394 (Brasil, 1996), que se pode fixar o primeiro ponto para emergir uma educação infantil pautada nas necessidades da criança, segundo Mendonça (2012):

A educação infantil foi conceituada, no art. 29 da LDB, como sendo destinada às crianças de até seis anos de idade, com a finalidade de complementar a ação da família e da comunidade, objetivando o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais. Isto nos remete à questão da formação humana [...] mas que ressalta a necessidade de promover o processo humanizador da criança. Esse processo requer e implica em um projeto de educação infantil fundamentado em um conceito de educação para a vida, pois ele dará os recursos cognitivos iniciais para o pleno desenvolvimento da vida da criança. (MENDONÇA, 2012, p. 42).

Ela é a base de todo processo educacional de uma criança, e por isso, a educação infantil precisa ser muito bem trabalhada em todas as suas fases, percorrendo os conteúdos que necessitam ser trabalhados para o ser se desenvolver em todas as suas potencialidades e em cada nível.

Diante dos avanços percorridos, hoje podemos ver em números o interesse das famílias e do estado em oportunizar o melhor para essas crianças.

Nos últimos cinco anos, o número de matrículas na educação infantil aumentou em 12,6%. No ano de 2019 eram 8.972.778 em creches e pré-escolas. Em 2015, foram registrados 7.972.230 alunos de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, vinculado ao MEC.

Com informações recentes do ano de 2023, pode-se constatar melhores números em relação às matrículas e vivência da educação infantil. O censo revela que o Brasil está a cerca de 900 mil matrículas de atingir a meta de crianças na creche. O objetivo foi estabelecido no Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), que propõe chegar, em 2024, a 50% da população de até 3 anos matriculada.

Em 2023, a rede privada manteve a tendência de crescimento (3,6%) verificada em 2022, quando a participação alcançou 29,9%, após o recuo observado no período da pandemia

(2019 a 2021). Na rede pública, o aumento foi de 5,3%, no ano último ano (2023). A diferença entre 2023 e 2019, nas creches públicas, é de mais de 296 mil matrículas (12,1%). A pesquisa mostra um aumento nas matrículas da pré-escola que, em 2023, subiu 4,8%. O cenário é de retomada, tanto na rede pública, quanto na privada, que havia encolhido para 25,6% entre 2019 e 2021.

E para se ter uma noção ainda maior em resultados: 78,1% dos alunos da pré-escola estão matriculados na rede pública, 21,9% dos alunos da pré-escola estão matriculados na rede privada, 15,8% dos alunos da rede privada estão em instituições conveniadas com o poder público, 14,2% dos estudantes estão matriculados em tempo integral. Ao que podemos ver nos dados do Censo escolar é que cada vez mais a educação infantil está sendo mais procurada e reconhecida que a educação precisa ser iniciada logo desde cedo. A rede pública sempre com maiores números de crianças consequentemente precisa de todo o aparato necessário estabelecido por lei para uma educação de qualidade.

As escolas estão passando por uma grande mudança, tiveram que sair da sua “zona de conforto” e planejarem para receber pessoas com diferentes deficiências, não foi e não é uma tarefa fácil. Infelizmente ainda não temos em âmbito nacional todas as escolas principalmente públicas com estrutura adequada de possuir banheiros equipados tanto para PCDs como pessoas típicas, ambientes verdes, bibliotecas, parque infantil, e o principal para nortear a educação com materiais didáticos.

Podemos confirmar com os dados do censo escolar de 2023 em relação à infraestrutura, 46,6% das escolas municipais de educação infantil têm banheiro adequado à educação infantil, enquanto nas escolas particulares esse percentual chega a 84,8%, a respeito de materiais socioculturais e pedagógicos em uso na escola para o desenvolvimento de atividades de ensino, verifica-se um elevado percentual na rede privada de brinquedos para educação infantil, de jogos educativos e de materiais para atividades culturais e artísticas com 93,0%, 90,8% e 65,4%, respectivamente. Já na rede municipal, esses percentuais são menores, respectivamente com 65,9%, 79,5% e 31,9%. Ainda em relação à rede municipal, as escolas da rede privada apresentam maior proporção com disponibilidade de parque infantil e pátio escolar (Censo Escolar, 2023, *online*).

Nos dados preliminares divulgados pelo INEP do Censo Escolar 2023, chama muito a atenção a diferença de percentuais relacionados às instituições privadas filiadas à nível federal e municipal em a todas as questões tanto infraestrutura como questões pedagógicas, a diferença é gritante, no quesito de materiais de atividades de cunho artístico nas Instituições Federais obtêm 87,0% enquanto que na municipal é 31,9%, sobre as áreas verdes temos os institutos

federais com 73,9% *versus* 34,5%, e quando falamos de um simples parque infantil para compor o ambiente temos a rede municipal com 38,5% e federal 91,3%.

Os autores Cerqueira e Sawyer (2007) com a sua pesquisa sobre Tipologia dos estabelecimentos escolares brasileiros de 2007, apesar de ter alguns resultados positivos, continua confirmando que preocupa o fato de que a maior parte das escolas brasileiras aderem ao perfil das mais precárias em infraestrutura.

É preciso reafirmar também que é necessário ampliar pensamentos, porque antes de abrir as portas para a diversidade é necessário abrir as “portas da mente”, para buscar entender e compreender como lidar com o diferente, ter empatia, e perceber que a criança é um aluno como o outro, que precisa ser ensinado, mas, sua didática tem que ser modificada.

3 INCLUSÃO

O termo inclusão é bastante falado e discutido a respeito da sua importância. A inclusão é um conceito amplo, mas aplicado a esta pesquisa, tem a ver com as ações e medidas adotadas para inserir equitativamente as PCDs, para estas possam frequentar o mesmo espaço educacional de pessoas típicas, sem nenhum tipo de distinção, pois é na diversidade e pluralidade que as aprendizagens acontecem e uma PCD tem os mesmos direitos de uma pessoa dita comum, como por exemplo, a necessidade de vivenciar os espaços com a sua forma singular de ser.

Em entrevista à Revista Nova Escola, em maio de 2005, Maria Teresa Eglér Mantoan, define bem o que é inclusão: “É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção” (Mantoan, 2005, *online*).

Com pensamentos renovados a sociedade atualmente foi modificada, o que antes era uma educação segregadora colocando as crianças neurotípicas em salas separadas das pessoas com deficiências, passou a entender que deve incluir e transformar o seu ambiente para acolher PCDs.

Existem diferentes deficiências físicas, intelectuais e espectros mentais necessitando de escolas equipadas, leis amplas e direcionadas, e conseqüentemente, o direito à educação para todos segundo a Educação como Direito Social na Constituição Federal que reza no seu Art. 6º (BRASIL, 1988, *online*).

A educação especial está conquistando seu espaço que é por direito segundo a vigência da LDB nº 9394 (Brasil, 1996), que no seu capítulo V define educação especial como

modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais. Ao estipular essa lei os alunos passam a frequentar a mesma sala dos alunos típicos e não estão separados por escolas ou salas segregadas, é um marco para a inclusão, mas somente o início dessa caminhada árdua.

É preciso ressaltar que as escolas públicas e particulares não podem negar matrícula de uma PCD. Segundo o MEC (Brasil, 1989, *online*): “Qualquer escola, pública ou particular, que negar matrícula a um aluno com deficiência comete crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos (Art. 8º da Lei nº 7.853/89)”.

Portanto, as famílias estão protegidas pela lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015, que trata da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência. (Brasil, 2015).

3.1 Educação Inclusiva

Para se concretizar o movimento de uma inclusão nas escolas, foram necessárias diversas leis e mobilizações públicas para promover recursos e acessos para crianças que são PCDs. É nesse sentido que a LDB nº 9394 (Brasil, 1996, *online*), que no seu capítulo V define educação especial como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência garantindo assim, o direito de vivência nas escolas.

Vê-se que a educação inclusiva vem sendo construída a passos lentos, mas mesmo assim, cheios de muitos esforços e conquistas contínuas. A caminhada pela inclusão educacional vem mostrando resultados.

De acordo com o Censo Escolar de 2020, realizado pelo INEP, vinculado ao MEC, houve um aumento de 60% no número de matrículas de alunos com deficiências nas classes comuns da rede pública de ensino desde 2010. Em valores absolutos, o total de alunos com deficiência matriculados saltou de 443.204 em 2010 para 1.126.434 em 2022.

Todavia, o maior ponto da questão da inclusão atualmente consiste na realização de atividades educacionais adaptadas e acompanhantes terapêuticos para proporcionar a verdadeira inclusão.

Segundo a Agência de Notícias CEUB, através de Castro (2023, p. 5, *online*): “No Brasil, existem 57.822 profissionais de apoio. Se comparado ao número de crianças com deficiência matriculadas no ensino básico, há um profissional a cada 21 alunos”. Essa é uma

realidade no universo público, se tratando de escolas particulares também é um cenário difícil e não são todas as famílias e escolas que podem pagar pela prestação do serviço de apoio.

Esse profissional é imprescindível para pessoas que necessitam de ajuda na locomoção e acompanhamento nas atividades escolares, enfatizando que suas tarefas escolares precisam ser condizentes com seu nível de entendimento e contexto escolar, para poderem vivenciar a rotina escolar juntamente com os outros alunos.

3.2 Avanços educacionais

Quando falamos sobre os avanços educacionais direcionados a uma inclusão, podemos citar primeiramente as leis sancionadas para firmar a inclusão, a Lei Brasileira de Inclusão - Lei 13.146/2015 (Brasil, 2015), trazendo todos os atributos necessários para PCDs e o Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em 2014, que estabeleceu metas e estratégias para o desenvolvimento da educação inclusiva no país.

É notório que os profissionais de educação têm buscado se profissionalizar mais para atender a diversidade de PCDs, inclusive o governo tem intensificado a formação continuada de professores para garantir uma educação com qualidade.

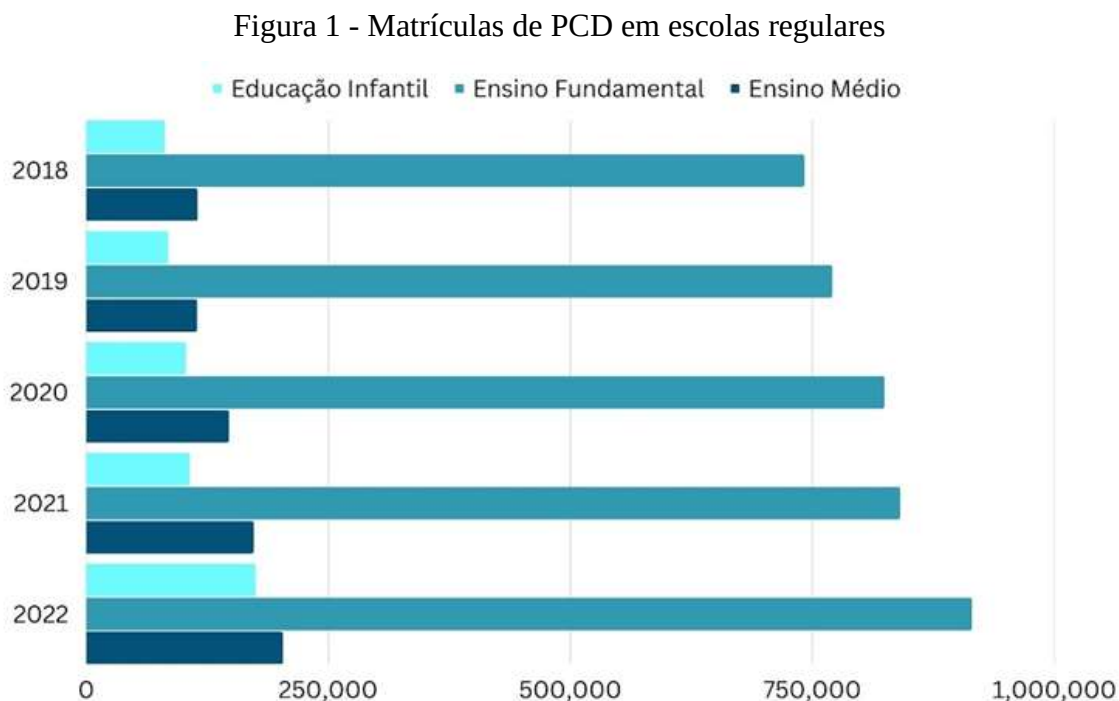
Para que se possa obter avanços de qualidade na educação do país, são necessários altos investimentos financeiros no corpo docente, estrutura física e recursos pedagógicos diversos.

A sociedade tem se tornado mais atenta às informações e compreensiva sobre pessoas com PCD. Trazendo um exemplo mais recente sobre crianças com Transtorno do Espectro Autista - TEA, os crachás usados nas crianças demonstrando serem autistas em momentos de filas para brinquedos, mercados, são compreendidas para terem o direito de serem atendidas preferencialmente, assim como também ao demonstrarem algum comportamento estereotipado referente ao seu espectro.

A escola é um grande alvo para tornar a inclusão viva e eficaz. Nesse sentido, a partir da criação das políticas públicas, os autores apontam:

[...] que a escola possui o compromisso do atendimento à diversidade humana. Desta forma, é preciso adaptar-se às necessidades individuais de seus alunos e, não excluir aqueles julgados como “diferentes”, o que reflete no ensino-aprendizagem e nas relações interpessoais estabelecidas no contexto escolar. Essa mudança paradigmática, por sua vez, ocasiona a construção e desconstrução de crenças acerca das deficiências e suas (im)possibilidades (Garcia; Bacarin; Leonardo, 2018, p. 2).

Conforme dados do Censo escolar 2022, houve dados positivos ao que se refere a matrículas de alunos com PCD nas escolas regulares:



Fonte: Microdados do Censo Escolar 2022 MEC/Inep. Gráfico: Maria Tereza Castro.

Com dados mais recentes sobre as matrículas da educação especial chegou a 1,8 milhão em 2023, um aumento de 41,6% em relação a 2019. O maior número está no ensino fundamental, que concentra 62,9% dessas matrículas. Quando avaliado o aumento no número de matrículas entre 2019 e 2023, percebe-se que na educação infantil houve acréscimo de 193% nas matrículas de creche e de 151% nas de pré-escola (censo escolar 2023). Com exceção da modalidade EJA (Educação de Jovens Adultos) as demais etapas da educação básica vem com crescente crescimento de alunos com com PCD ou altas habilidades, chama-se a atenção que no ensino médio tem-se uma notória com inclusão de 99,5%.

Em 2019, o percentual de alunos incluídos era de 92,7% e passou para 95% em 2023. O percentual de alunos incluídos em classes comuns com acesso às turmas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) passou de 40,6% em 2019 para 42% em 2023, dados do censo escolar de 2023.

Outro fator interessante registrado pelo INEP é quando se relaciona a educação inclusiva em comparação por dependências administrativas da educação básica observa-se que as redes estaduais (97,8%) e municipal (97,3%) apresentam os maiores percentuais de alunos incluídos.

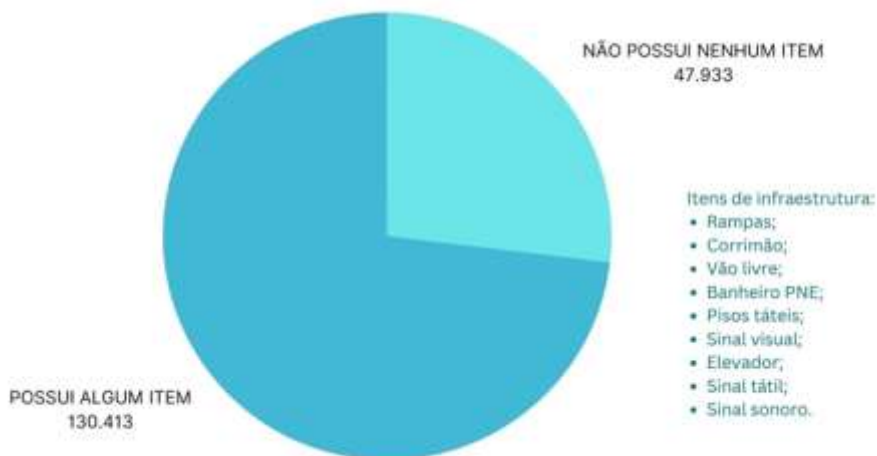
No entanto, na rede privada a realidade ainda é diferente: do total de 263.874 matrículas da educação especial, somente 148.308 (56,2%) estão em classes comuns.

Com base nesses dados é possível observar fatores importantes ao acesso à educação especial que está sendo garantido em rede pública e privada, no entanto, a infraestrutura e a organização das salas comuns está debilitada, se por um lado temos uma boa estrutura física como no caso da rede privada e federal, mas, não temos a inclusão dos alunos PCDs nas salas comuns.

De acordo com os dados, as redes estaduais e municipais estão de acordo com a lei sobre uma educação inclusiva. É uma informação importante, mas é necessário ser compreendido que o acesso às salas regulares não pode ser apenas um ato obrigatório descrito por lei, mas, uma ação social que está associada a um paradigma educacional voltado à defesa da diversidade e dos direitos humanos (Benitez; Domeniconi, 2015).

Quando observamos mais a fundo em detalhes relacionado a acessibilidade a realidade não é positiva, segundos os dados do INEP 2022:

Figura 2 - Acessibilidade nas escolas regulares brasileiras



Fonte: Microdados do Censo Escolar 2022 MEC/Inep. Gráfico: Maria Tereza Castro.

A acessibilidade nas escolas não cresceu na mesma proporção que as matrículas. Ainda conforme o INEP, 26,9% das escolas de educação básica ainda não têm nenhum recurso de apoio a pessoas com deficiência, como elevadores, rampas, banheiros específicos, dentre outros. Mesmo entre as escolas que possuem alunos com deficiência matriculados, 19,4% também não têm nenhum desses recursos.

É perceptível que estão acontecendo mudanças no meio escolar impulsionando uma educação inclusiva, mas, a inclusão esperada ainda está longe de acontecer. Quando o meio

social compreende o que o renomado Paulo Freire (1998) diz: “(...) a inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades”. A escola terá outra visão, os profissionais de educação, e as famílias entenderão que a inclusão não é um problema, mas, se torna uma riqueza para quem a vive.

3.3 Desafios educacionais

Partindo de um viés empírico, através de experiências vividas, foi perceptível observar que existe um preconceito de que a educação infantil seria “somente brincadeiras” e que não haveria um ensino propriamente dito, como se não houvesse sentido ou exploração de habilidades e conceitos nas brincadeiras, realidades como da zona rural onde ainda existem pessoas com pouco conhecimento, e que não se inserem no ambiente escolar para entender o processo educacional, deixando a responsabilidade somente para o professor.

E é nesse sentido que se precisa deixar claro que:

A Instituição de Educação Infantil e as famílias têm papéis complementares na formação integral da criança, por isso devem estabelecer relações de cooperação e troca de experiências e conhecimentos, tendo sempre em vista compreender mais detalhadamente a criança e pensar em estratégias para potencializar sua aprendizagem e desenvolvimento (Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil, 2018, p. 55).

É em virtude disso que esta pesquisa também tem como finalidade refletir sobre dificuldades levantadas e vivenciadas pelos professores em salas de aula de ensino regular de uma escola particular.

É relevante compreender seus anseios, dilemas e virtudes, com vistas a superar as barreiras e contribuir tanto para o processo de aprendizagem quanto para a inclusão. Entender sobre os diversos caminhos que o professor pode ensinar e como pode ampliar o seu repertório de ensino também mostrará caminhos para uma aprendizagem multidisciplinar.

4 PRÁTICAS DOCENTES

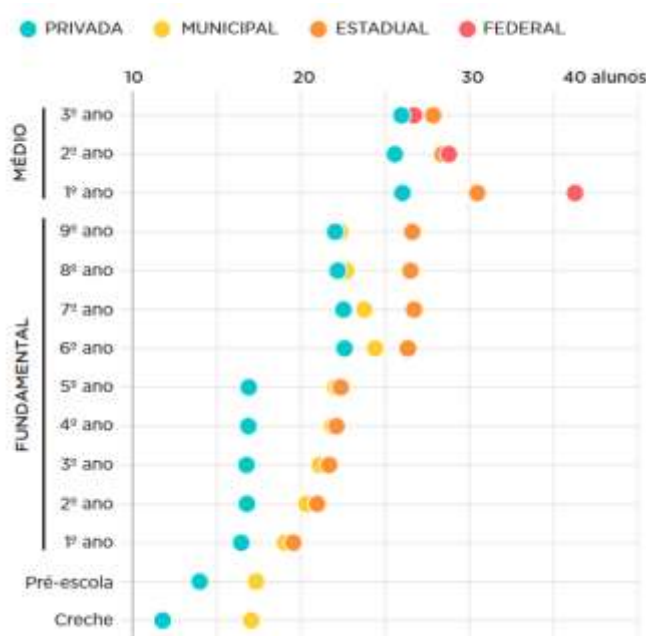
4.1 O papel do professor na inclusão

Através das pesquisas do INEP (2022, 2023) e corroboradas com as vivências profissionais, é possível identificar que a escola ainda não está preparada para lidar com deficiências/transtornos e saber proporcionar as atividades devidas.

Trazendo para o contexto público, são salas a partir de 25 alunos na pré-escola e 35 no Fundamental II, sem muitos recursos didáticos e falta de estrutura física.

Mas essa realidade é diferente da rede privada com o meio público, conforme aponta o Jornal Nexo (2023) aponta o contexto de alunos por níveis:

Figura 3 - Média de Alunos por sala



Fonte: Jornal Nexo (2023).

É necessário dizer que a inclusão dessas pessoas depende da empatia e vontade do professor de querer trazer aquelas crianças para a vivência da sala de aula, porque para muitos o fato da criança estar na sala já é inclusão ou fazer uma atividade adaptada que o auxiliar ou acompanhante terapêutico irá aplicar, e não é isso, inclusão é participação, é misturar “todo mundo”, é entender o outro e procurar maneiras e técnicas para que todos participem.

Mas, é preciso trazer um ponto importante para não colocar somente a “culpa e responsabilidade da educação” para o professor, porque segundo a Constituição Federal (Brasil, 1988), que dispõe no artigo 205, que é dever do Estado e da família proporcionar e buscar pelo ensino da criança visando o seu pleno desenvolvimento.

Então, a família precisa fazer o seu papel e buscar pelas terapias e diagnósticos devidos para desenvolver a criança, porque para um indivíduo da educação especial para ter desenvolvimento eficaz na escola regular, é necessária essa parceria entre a clínica e a escola.

Devido à complexidade das dificuldades de cada deficiência em si, que podem ser em áreas da comunicação, socialização e/ou aprendizagem, é necessária formação especializada do professor para atender uma demanda assim na escola. É importante frisar que o docente não consegue sozinho, pois, sem a parceria com a família e as terapias, se tem uma defasagem escolar.

Quando o ambiente escolar proporciona recursos didáticos e tecnológicos, o ensino e a didática do professor são mais eficazes. Alunos típicos e atípicos também precisam de didáticas diferenciadas de ensino, pois a inovação, e criatividade do educador traz atenção, imaginação e vontade nos alunos de participar da aula e de se engajar no conteúdo.

Nesse sentido, as Tecnologias Assistivas - TAs é o braço forte do docente para poder conseguir a participação de todos os alunos, com ou sem deficiência.

À medida que o professor reflete sobre sua ação, sobre sua prática, sua compreensão se amplia, ocorrendo análises críticas reestruturação e incorporação de novos conhecimentos, que poderão restaurar o significado e a escolha de ações posteriores. (Geraldi *et al.* 1998, p. 256).

4.2 Formação continuada

A ideia de inclusão e de todas essas mudanças acadêmicas que precisam ser feitas na atualidade, são ainda mais desafiadoras. São necessárias novas metodologias direcionadas ao processo de ensino e aprendizagem no ensino comum, com o apoio de tecnologias e da ludicidade.

Dos novos docentes é de esperar mais força, garra e vontade de aprender, formação continuada, para melhorar sua performance. O Educador precisa estar atualizado para promover o melhor para os seus alunos.

É nesse sentido que formações, cursos e capacitações, devem trazer mais confiança e compreensão de diversos conteúdos para serem aplicados em sala, e consequentemente proporcionar uma segurança em como atuar e desenvolver as atividades com crianças que são PCDs.

Segundo o INEP (2023) Os percentuais de docentes da educação básica com pós-graduação e formação continuada têm aumentado gradativamente ao longo dos últimos cinco anos. O número de docentes com qualificação subiu de 41,3% em 2019, para 47,7% em 2023.

O percentual de docentes com formação continuada também apresentou elevação, saindo de 38,3% em 2019, para 41,3% em 2023.

Mediante os dados do INEP é notável uma busca por melhores conhecimentos e formações, buscando aprimorações e suportes para enfrentar as novas demandas surgidas.

Investir na profissionalização é um dever do professor, mas, promover cursos, capacitações, e principalmente incentivos emocionais deve partir da gestão que o docente se encontra.

Desta maneira, os Parâmetros Nacionais da Qualidade da Educação Infantil apontam os deveres de gestores:

Promover formação adequada sobre como interagir, lidar e garantir os direitos e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de todas as crianças e a formação continuada dos profissionais de Educação Infantil voltada ao atendimento de crianças com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/ superdotação, em parceria com os Gestores dos Sistemas de Ensino e das Instituições de Educação Infantil (Parâmetros Nacionais da Qualidade da Educação Infantil (2019, p. 36).

Os professores buscam suas especializações pensando no seu melhor aproveitamento profissional, mas também, com o intuito de receberem um salário compatível com seus esforços acadêmicos.

É notório sua expectativa maior em relação ao trabalho, além do mais é algo afirmado na lei a valorização dos profissionais da educação, de acordo com o Art. 206, inciso V da Constituição Federal, deve contemplar os planos de carreira e o ingresso no magistério por meio de concurso público (Parâmetros Nacionais da Qualidade da Educação Infantil, 2019, p. 33).

As instituições privadas e públicas quando entendem o valor de um professor e que precisam valorizá-lo à docência fica mais leve e com mais ânimo. Outra citação importante que os parâmetros afirmam:

O Professor é peça-chave na promoção da qualidade da Educação Infantil. Para que esse profissional possa responder aos anseios e as expectativas sociais depositadas nessa etapa da Educação Básica, é necessário propiciar condições para sua valorização e desenvolvimento profissional: salário; carreira; jornada; participação efetiva na elaboração e condução dos projetos pedagógicos da instituição; formação inicial e continuada, com foco no desenvolvimento infantil, garantindo espaço para a pluralidade e para que Professores ampliem seu saber e seu saber fazer com as crianças; formação permanente exercida com condições dignas de vida e de trabalho e concebida no interior de uma política educacional sólida e consistente (Parâmetros Nacionais da Qualidade da Educação Infantil, 2019, p. 34).

Uma instituição escolar só existe por conta dos professores, mas, carregar a profissão de professor não é uma tarefa fácil exige competência e qualificação. Contudo, esse profissional

tem em seus dias uma árdua atividade que é de educar, ensinar tantas crianças desde o nascimento à adolescência, ao pensar dessa forma compreendemos o tamanho da importância desse docente para o meio acadêmico e social, possui deveres e direitos como outra profissão, mas, é alguém dos demais, está nele o dever de guiar o futuro de uma nação.

5 METODOLOGIA

Para responder aos objetivos da pesquisa, a proposta investigativa fez uso da metodologia expressa à frente, apresentando como tipologia da pesquisa, uma pesquisa de campo, que Segundo Gonsalves (2001, p.67),

[...] é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Quanto ao objetivo principal de identificar as práticas docentes no processo de inclusão escolar da educação infantil, o processo ocorreu de forma exploratória, com questionário predominantemente qualitativo, amparado por um levantamento bibliográfico que segundo Fonseca (2002):

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto [...]. (Fonseca, 2002, p. 32).

Neste sentido, foi feito uso de uma pesquisa bibliográfica, buscando conhecimentos para subsidiar a investigação proposta.

Quanto a sua abordagem, a pesquisa ocorreu por meio de uma investigação predominantemente qualitativa, onde para Oliveira, Miranda e Saad (2020), deve ser observado:

Na perspectiva da abordagem qualitativa se insere as chamadas revisões sistemáticas de investigações qualitativas já realizadas. São exemplos destas revisões sistemáticas, o “estado da arte”, o “estado do conhecimento” e a “metassíntese qualitativa”. Essas formas de realizar a pesquisa são consideradas como estudos de natureza bibliográfica (Oliveira; Miranda; Saad, 2020, p. 148).

Em se tratando da abordagem, ela foi qualitativa, que segundo Minayo (2010), remete ao universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde

a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. É possível ser analisadas diversas questões nesse tipo de pesquisa, confirmando a vertente da investigação e de como pode ser vista de várias óticas.

Peres e Santos (2005) destacam três pressupostos básicos que devem ser levados em conta ao se optar pelo uso do estudo de caso qualitativo: 1) o conhecimento está em constante processo de construção; 2) o caso envolve uma multiplicidade de dimensões; e 3) a realidade pode ser compreendida sob diversas óticas.

Em relação ao *corpus* da pesquisa, Bauer e Arts (2002), entendem que o *corpus* de um tema é composto por materiais identificados como fontes importantes para que o aluno/pesquisador possa fundamentar seu texto, adequado ao caráter científico necessário à sua monografia.

Dito isso, a pesquisa ocorreu em uma Creche particular com 11 professoras da Educação Infantil, tendo como temporalidade da pesquisa, o período de 29 de julho a 09 de agosto de 2024.

Quanto ao processo de coleta e tabulação dos dados, a prospecção foi feita a partir da adoção e uso do *Google Forms* e do *Google Sheets*, utilizando como meio de análise, a interpretação qualitativa.

6 ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa foi feita em uma creche particular com 11 professoras da educação infantil com questões discursivas e múltipla escolha através da plataforma do *Google Forms* e do *Google Sheets*. Para análise dos dados foi usado a abordagem qualitativa.

Quanto à análise de dados qualitativos, Bogdan e Biklen (1994), afirmam que é uma atividade eminentemente humana, que se dá pelo processo reflexivo, pela interpretação e pelas evidências que essas percepções apontam e que podem constituir o avanço epistemológico.

Assim, a finalidade da análise de dados qualitativos é “gerar teorias, descrição ou compreensão” (Bogdan; Biklen, 1994, p. 67).

É nesse sentido que buscou-se entender a questão das práticas docentes usadas em sala de aula no processo de inclusão.

Durante a análise de dados serão expostas algumas das respostas mais representativas colhidas nas entrevistas, conforme é visto a frente:

Quadro 1 - O que é inclusão?

“É fazer com que o indivíduo se sinta pertencente ao meio em que está tornando o ambiente acolhedor, acessível e com equidade”.

“Inclusão é tentar trazer a criança atípica para a convivência normal com os outros de acordo com suas particularidades, tratar com respeito, sem discriminação”.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Analisando a primeira questão, de forma geral foi uma questão respondida com base no respeito, acolhimento e pertencimento da criança, onde muitas disseram incluir a criança com os outros colegas para proporcionar empatia e fortalecimento de laços. De fato, de acordo com Bogdan e Biklen (1994) houve compreensão quando se trata de inclusão, constatando que houve o entendimento do que é e como devem incluir a criança.

Quadro 2 - Você se considera um professor inclusivo? Se sim, por quê?

“Sim, porque compreendo as questões que uma criança com deficiência/transtorno possui e precisa de apoio para poder participar do ambiente escolar satisfatoriamente”.

“Sim, porque estou sempre olhando para as necessidades da criança, o planejamento não é engessado, estou sempre adaptando”.

“Às vezes, porque a rotina é bem complicada, que às vezes deixa passar despercebido as crianças que necessitam de mais atenção e uma atividade diversificada”.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Em síntese, na maioria, todos disseram que sim, que procuram fazer o melhor, que cria atividades adaptadas, que compreende as particularidades da criança, que tem um acolhimento e um olhar diferenciado. Apenas, uma professora se manifestou ao relatar a falta de tempo para realizar atividades específicas para alunos que necessitam. Quando questionado porque ele se sente esse professor inclusivo, elas relatam sobre suas práticas pedagógicas inclusivas. Muitas citam metodologias e recursos tecnológicos, como o uso do *tablet* para a Comunicação Aumentativa e Alternativa - CAA, imagens usadas nas atividades, jogos, rotina visual e atividades adaptadas. Foram descritas várias ações que enfatizam a prática docente para um âmbito inclusivo.

Quadro 3 - Qual a sua compreensão por educação inclusiva

“Eu busco muito estudar a teoria, mas a educação inclusiva é construída no cotidiano, nas vivências, às vezes o planejamento não sai como esperado de como pensamos, então a experiência nos traz a melhor compreensão para se trabalhar com o aluno”.

“Educação inclusiva deveria incluir de verdade, e que muitas vezes para isso acontecer precisa de acompanhante terapêuticos para poder conseguir uma educação satisfatória.”

“Mais assistencialismo para crianças, uma formação melhor para os professores dentro da escola, recursos apropriados para trabalhar com crianças atípicas e típicas”.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Nessa questão algumas precisaram de um apoio para respondê-la, mesmo diante da educação muitas ainda confundem o que seria educação inclusiva e inclusão. Contudo, foi sentindo que a educação inclusiva está em processo, onde muitas vezes não acontece da forma esperada, e relatam do que necessitam para de fato acontecer essa educação inclusiva, de acordo com Carvalho (1997, p. 146), é possível uma criança com deficiência se desenvolver, mas, para que a mesma consiga alcançar os seus objetivos é necessário que a escola e os professores possam favorecer uma educação inclusiva de qualidade com adaptações adequadas para que essas pessoas se sintam pertencentes ao processo.

Foi notório uma preocupação em sala de aula e um pedido de ajuda por parte dos professores. É preciso esclarecer que há crianças que conseguem participar do ambiente escolar sem acompanhantes, mas, existem crianças que necessitam de apoio e o para poder ajudar, é preciso que o professor tenha condição de incluí-lo. O professor não consegue dar conta de tudo sozinho(o). Outra resposta interessante que se complementa ao Quadro 3, é que: “*Compreender principalmente o momento que a criança passa por crises*”. Um professor que entende essa particularidade do aluno, ele compreende o que é educação inclusiva, pois em muitos momentos a criança é retirada de sala, é excluída em seus momentos de crise por estar “atrapalhando” a atividade no momento, então, quando o docente compreende e acolhe, passa para as suas crianças o sentimento de amor, entendendo o aluno e compreendo a melhor forma de trabalhar com ele, não desistindo, mas acolhendo-o, para trabalhar juntos o conteúdo previsto.

Quadro 4 - Quais são suas práticas pedagógicas inclusivas

“Tentar fazer com que compreenda da melhor maneira possível os momentos de atividade e didática como objetos concretos, texturas e imagens para facilitar a compreensão”.

“Lutar para que a criança participe de eventos e projetos extras na escola, mesmo que no primeiro momento haja resistência, defender e procurar entender seus incômodos, agindo de maneira mais humana possível, adaptar atividades pensando na criança que irá executar, desde que esteja de acordo com o que está sendo trabalhado em Sala...”.

“Uso de muitas figuras para explicação de atividades, *tablet* com comunicação alternativa, rotina visual, letras, números de formas variadas e jogos como quebra cabeças”.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Mesmo após terem respondido, que para a educação inclusiva acontecer necessitava de melhores aparatos, as respostas exprimem uma garra e busca de melhores metodologias para que as crianças participem das atividades propostas. É perceptível nas respostas e em sua postura que existem inúmeros pontos para compreender as pessoas com deficiência, o maior deles seria entender a sua comunicação. Assim, todas ressaltam a importância de se profissionalizar mais, de refletir, e de melhorar sua prática educativa.

Quadro 5 - Por que é necessário refletir as práticas docentes no processo de inclusão escolar da educação infantil

“Refletindo nossas práticas vemos que devemos nos especializar para entender melhor as deficiências/transtornos das crianças”.

“A gente sempre pode melhorar no trabalho com essas crianças, para poder perceber o que está fazendo certo ou errado, sempre em busca do melhor”.

“Porque todas as crianças são diferentes, então sempre é necessário rever nossa prática”.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

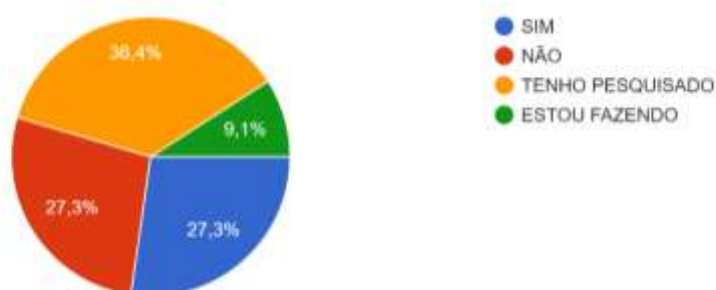
Nessas respostas é possível lembrar dos pilares de Tardif (2010) onde ele remete os saberes pedagógicos, saberes experienciais e saberes curriculares. Refletir sobre as práticas docentes e o que as professoras responderam, distinguem sobre os seus saberes, permitem compreender sobre os seus desapontamentos, assim relacionando o saber curricular identificamos na resposta da entrevistada o quanto é sentido falta dessa formação e que mesmo com o saber experiencial não é o suficiente. Esse olhar sensível de cada criança é diferente e essencial, dessa forma é imprescindível buscar formas diversificadas de ensinar.

Ratificando este pensar, Mantoan (2024), entende que:

[...] A escola inclusiva é a escola que prevê a autoavaliação da aprendizagem do aluno conjugada à autoavaliação que o professor faz do seu modo de ensinar. Elas se combinam, se esclarecem entre si para chegarem a resultados, sempre provisórios, mas que revelam, pouco a pouco, em que direção ambos estão avançando ou precisam mudar de rota. Por que o professor tem sempre a palavra final sobre o aproveitamento de cada aluno? Por que é o aluno o único a ser avaliado no processo escolar? (MANTOAN, 2024, *online*).

Esse olhar da autoavaliação existe nas educadoras da pesquisa e isso é satisfatório, pois como descreve Mantoan (2024) não se pode apenas avaliar o aluno, é necessário avaliar o educador, revendo suas metodologias e pensamentos.

Figura 6 – Tem investido em cursos/pós-graduações nos temas da inclusão?



Fonte:

Dados da pesquisa (2024).

Este gráfico traz um grande dilema da educação nacional, onde reúne profissionais, escola e aprendizagens. Tudo é um conjunto e para funcionar perfeitamente todas as partes precisam fazer seus deveres, de acordo com a pesquisa apenas 9,1% respondeu que está fazendo cursos de capacitações. É um número baixíssimo, mediante a 11 professoras entrevistadas. Deve-se levar em consideração suas ocupações e jornadas de trabalho em dois períodos, no entanto, se o profissional da educação que mais precisa de conhecimento não buscar, sofrerá grandes frustrações e não terá conhecimento suficiente para se adequar a realidade educacional vigente.

Quadro 6 - Quais são suas maiores dificuldades em sala de aula com pessoas com deficiência/transtorno

“Eu diria que a família, principalmente as que acham que sabem tudo e se sentem detentores da sabedoria sobre a inclusão. Mas em relação às crianças, acredito que seja a falta de suporte que muitas vezes não temos”.

“Quando não consigo entender a sua comunicação, as suas expressões”.

“Apoio familiar e acompanhante pedagógico”.

“Falta de apoio, necessitando de um acompanhante terapêutico para ajudar no convívio escolar”.

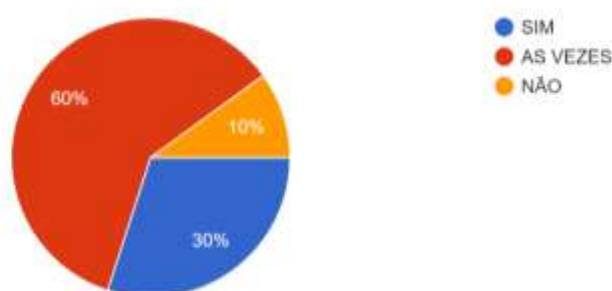
“Nos momentos de birras, para saber lidar e conter”.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Essa pergunta foi delimitada por que é provocadora de grandes debates e que traz grandes significados à pesquisa. Apesar de nas primeiras perguntas, as pessoas responderem com veemência sobre a inclusão e educação inclusiva, nessas respostas é nítido o quanto estão sobrecarregadas e surge um pedido de socorro. As respostas foram de um profundo pesar e cheias de sobrecargas. Falta de apoio por não saber lidar com as “birras” e se comunicar com as crianças. Falas carregadas de sentimentos e frustrações. É constante a cobrança da família para que o professor dê suporte emocional e educacional à criança. Mas é uma via de mão dupla, onde ninguém trabalha sozinho, o sucesso vem através de um trabalho em equipe.

É sentido nas respostas que falta mais formação continuada, apoio da gestão escolar com um suporte para atender às variadas demandas. Isso fica perceptível nas questões seguintes:

Figura 5 - A escola promove formação continuada em temas voltados para a inclusão?



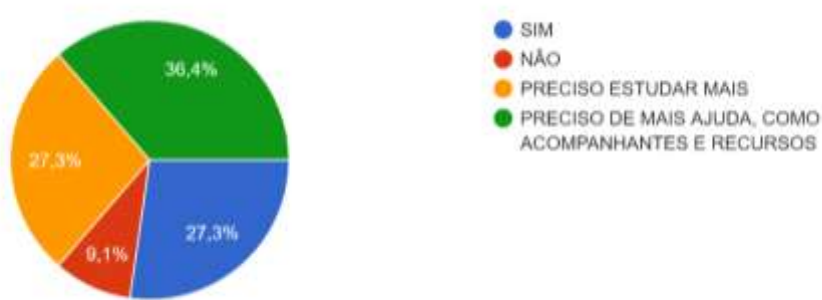
Fonte:

Dados da pesquisa (2024).

Referente a promoção de formações/capacitações com temas voltados para a inclusão, a maioria respondeu que às vezes existem esses momentos com os professores, deixando uma

leve abertura de que precisam de mais tempo para estudos de assuntos específicos referentes à inclusão, ou outros temas na aprendizagem.

Figura 7 - Você se sente preparado(o) para atender uma sala diversificada?



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Com esses dois gráficos podemos perceber que a escola apesar de fornecer algumas formações ainda não oferece o suficiente e é sentindo uma falta de apoio pela maioria dos profissionais em atuar com as crianças com deficiência. Todos reconhecem que precisam estudar mais, mas, que precisam também de apoio especializado advindo da instituição.

Quadro 8 - Para você qual é a importância do educador para uma inclusão escolar

“O educador precisa amar sua profissão e ter paciência para lidar com a criança, então o educador ensina coisas que vão além da família, então o professor pode desenvolver muito a criança”.
“De extrema importância, sem o olhar do educador a criança pode perder grande parte do seu desenvolvimento”.
“Parte do professor fazer a inclusão, mas não fazemos só, precisamos da ajuda da gestão escolar e família”.
“O professor é a peça chave para que a inclusão escolar aconteça, se ele tiver esse interesse e olhar preocupado e a força de vontade para fazer acontecer uma educação inclusiva”.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Encontramos respostas precisas, reflexivas, e direcionadas, finalizando a pesquisa com uma pergunta que é crucial no meio educacional, é compreendido a grande importância do

educador na escola, mas, não é refletido o seu valor a nível nacional em todos os aspectos, assim, culmina em sua desenvoltura do profissional.

Trazendo para a educação inclusiva mais uma citação da professora Mantoan (2024) de sua entrevista, é preciso ter a percepção de que:

Acredito que somos seres que não se repetem e mais, seres que vão se transformando no decorrer de encontros, de momentos de transformação que nos acontecem. Eis aí uma outra maneira de entender como ser um professor inclusivo, requisito sem o qual não conseguimos fazer frente aos desafios da inclusão. (MANTOAN, 2024, *online*).

O nosso crescimento e desenvolvimento pessoal influi diretamente em nossas visões de mundo e percepções em geral, nesse sentido vamos nos aperfeiçoando e modelando o nosso conhecimento e didáticas, construindo valores, significados e saberes renovados.

A pesquisa trouxe grandes reflexões, visões e sistematização de saberes experienciais, curriculares. Em suma, a presente entrevista trouxe uma realidade ainda vigente no nosso país, escolas que recebem as crianças com deficiência sem saber por onde começar, e professores sobrecarregados, contudo, com entusiasmo e empatia sobre a diversidade de alunos.

A escola pesquisada demonstra que está no caminho da inclusão, no entanto, ainda está dispersa e não oferece o suporte necessário que os educadores precisam.

Ao que reflete aos profissionais de educação, possuem a fixação do quanto a inclusão é importante, mas, ainda não sabem a sua profunda causa da necessidade de uma educação inclusiva, a falta de formações continuadas mais consistentes os deixa amedrontados e confusos de como lidar ou de como entender a comunicação de uma criança com TEA, por exemplo.

É um fato vivenciado em muitas escolas no Brasil, a crescente fala: “falta profissional de apoio especializado”. É um constante desabafo do professor que não educa sozinho, ele precisa de uma rede de apoio que são: família, equipe multidisciplinar e sua maior fonte, que é a gestão escolar.

Portanto, é nítido que falta um trabalho por completo, a escola precisa promover maiores formações, recursos, e apoio especializado, assim como, os professores precisam se capacitar para poderem oferecer o seu melhor com êxito. Cada um fazendo a sua parte, o trabalho fica mais leve e perspicaz.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a finalização da pesquisa e os resultados obtidos pode-se concluir que obtivemos as respostas necessárias que estávamos buscando para realização da investigação.

O problema da pesquisa foi respondido 100%: porque é necessário refletir as práticas docentes no processo de inclusão escolar, sendo respondido diante de diversas respostas afirmando que é crucial essa autoreflexão e mudança.

Os objetivos foram contemplados de forma plena, pois entendemos quais são as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de educação, suas práticas pedagógicas inclusivas, seus anseios e experiências já vivenciadas.

As respostas chamam a atenção quando é perguntado sobre suas práticas docentes e como incluem as crianças com deficiência, e todos entendem que é feito o quão é necessário e que é notório o uso de diversas metodologias para poder incluir, como relatado, que nem sempre acontece como esperado, mas, o fato é de que já se esboçaram em seus planejamentos buscarem efetuar práticas educacionais inclusivas, significa que a inclusão escolar está de fato acontecendo.

A pesquisa demonstra o quanto é preciso investir na formação dos professores, porque apesar da garra, nos gráficos e nos quadros, ficou explícito que ainda não se sentem seguras para atuar em salas diversificadas e que desejam apoio especializado.

Por fim, recomenda-se que esta pesquisa possa dar continuidade, em especial, por meio de um Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, para que se permita o aprofundamento da investigação, aqui apresentada, podendo, tanto amplificar os seus questionamentos, quanto poder influenciar e ajudar aos profissionais de educação básica e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Defesa do Consumidor. **Cuidados na efetivação da matrícula escolar**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BUENO, Jacqueline Bagistério. **A educação infantil como destaque no desenvolvimento humano e social da criança**. [S.l.: s.n.], 2024. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-educacao-infantil-como-destaque-no-desenvolvimento-humano-social-crianca.htm>. Acesso em: 25 de julho de 2024. Acesso em: 17 nov. 2024.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: [s.n.], 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Matrículas na educação infantil aumentam 12,6% nos últimos cinco anos**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 16 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **As escolas são obrigadas a oferecer vagas para alunos com deficiência? Elas precisam de alguma licença para oferecer essas vagas?** Disponível em: <http://www.mec.com.br>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: <http://www.mec.com.br>. Acesso em: 29 de julho de 2024.

BRASIL, **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação -PNE e dá outras providências.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 10. Ed. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. LEI Nº 13.146. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, de 06 de julho de 2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) Lei das Diretrizes e Bases da Educação: lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Censo Escolar 2020**. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: www.mec.com.br. Acesso em: 29 de julho de 2024.

_____. Ministério da Educação. **Censo Escolar 2022**. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: www.mec.com.br. Acesso em: 12 de setembro de 2024.

_____. Ministério da Educação. **Censo Escolar 2023**. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: www.mec.com.br. Acesso em: 29 de julho de 2024.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. **A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos**. [In]: BAUER, Martin; GASKELL, George (organizador). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAREGNATO, R.C.A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 679–684, oct. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000400017>. Acesso em: 17 nov. 2024.

CASTRO, Maria. Infraestrutura: 27% das escolas brasileiras não são acessíveis para PCDs. **Agência de notícias CEUB**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/destaque/escolas-brasileiras-nao-sao-acessiveis-para-pessoas-com-deficiencia/#:~:text=No%20Brasil%2C%20existem%2057.822%20profissionais,incentivo%20do%20governo%20na%20C3%A1rea>. Acesso em: 16 jul. 2024.

CERQUEIRA, C. A.; SAWYER, D. R. O. T. **Tipologia dos estabelecimentos escolares brasileiros**. Revista Brasileira de Estudos de População, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 53–67, 2007. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/202>. Acesso em: 21 nov. 2024.

JORNAL NEXO. **O número de alunos nas salas de aula do Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/02/19/O-n%C3%BAmero-de-alunos-nas-salas-de-aula-do-Brasil> . Acesso em: 28 de agosto de 2024.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza, 2002.

GOMES, Mirian Paloma Ferreira. **Uma análise sobre a implantação da sala de recursos no município de São Francisco do Oeste**: dificuldades, possibilidades e desafios. 2018. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, RN, 2018.

HAMZE, Amélia. **Escola Nova e o movimento de renovação do ensino**. [S.l.]: Brasil Escola, 2024.

MANTOAN, Maria Teresa. Entrevista. **Revista Humanos**, n. 5, 3 de julho de 2024. Disponível em: <https://revistahumanos.com.br/entrevista/maria-teresa-mantoan>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MENDONÇA, Fernando Wolff. **Teoria e prática na educação infantil**. Maringá, PR: UNICESUMAR, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Mecanismo online para referências**: versão 2.0. Florianópolis: UFSC, Rexlab, 2013. Disponível em: <http://www.more.ufsc.br>. Acesso em: 29 jul. 2024.

UNDIME SÃO PAULO. **“NOVOS PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: REPENSANDO A PRÁTICA À LUZ DA NEUROCIÊNCIA” É PAUTA PARA A SEGUNDA MESA DE DEBATES**. São Paulo- SP, 2019. Disponível em: <https://www.undime-sp.org.br/novos-paradigmas-da-educacao-infantil-repensando-a-pratica-a-luz-da-neurociencia-e-pauta-para-a-segunda-mesa-de-debates/> . Acesso em: 29 jul. 2024.

PIANA, Cristina Maria. **A Pesquisa de campo**. São Paulo: Unesp; Scielo, 2009.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA

1. Para você o que é inclusão?
2. Você se considera um professor inclusivo? Se sim, por quê?
 - 2.1 Se não, o que você poderia melhorar?
3. Qual a sua compreensão por educação inclusiva?

4. Quais são suas práticas pedagógicas inclusivas?
5. Por que é necessário refletir as práticas docentes no processo de inclusão escolar da educação infantil?
6. Tem investido em cursos/pós-graduações nos temas da inclusão?
 - 6.1 Se não tem investido, por quê?
7. Quais são suas maiores dificuldades em sala de aula com pessoas com deficiência/transtorno?
8. A escola promove formação continuada em temas voltados para a inclusão?
9. Você se sente preparado para atender uma sala diversificada?
10. Para você qual é a importância do educador para uma inclusão escolar?